

A DIMENSÃO INFORMACIONAL DO FENÔMENO ARQUIVÍSTICO

Eliezer Pires da Silva

Escola de Arquivologia

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Email: eliezerpires@gmail.com

Resumo

Este estudo discute questões inerentes à invenção do informacional e seus desdobramentos sobre o fenômeno arquivístico, a partir de uma reflexão elaborada com base nos argumentos da Arquivologia. A análise pressupõe que a contemporaneidade da dimensão informacional dos arquivos contribui para esclarecer a complexidade das relações entre arquivo e suas funções de uso social. Como metodologia propõe-se um exercício de caracterização da noção de informação na contemporaneidade e, em especial, na perspectiva dos arquivos. O campo empírico apresenta-se em torno de dois eixos explicativos: a invenção do informacional da contemporaneidade e a dimensão informacional nos arquivos. O estudo proporciona uma problematização sobre o fenômeno arquivístico sob certas argumentações consagradas, como a centralidade no aspecto material dos acervos, e ilumina a dimensão informacional como horizonte de ampliação de conhecimento sobre a existência e as funções dos arquivos.

Palavras-chave: Informação arquivística. Fenômeno arquivístico. Arquivologia.

108

THE INFORMATIONAL DIMENSION OF THE ARCHIVAL PHENOMENON

This paper discusses issues related to the invention of informational phenomena and its consequences on the archival phenomenon from reflections based on Archivist arguments. The analysis assumes that the contemporary of the informational dimension of the archives helps to clarify the complex relationship between files and its function on social use. As methodology it is proposed an exercise which characterizes the information notion on the contemporary, especially in the particular in view of the archive. The empirical field comes from two explanatory axes: the contemporary invention of the informational, and informational dimension in the archives. The study provides a questioning about the archival phenomenon under certain consecrated arguments, such as the centrality of the material aspect of the collections, and illuminates the informational dimension as the horizon of expansion of knowledge about the existence and functions of the archives.

Key-words: Archival information. Archival phenomenon. Archivology.

1 Introdução

A partir da década de 1990 observa-se a emergência de uma abordagem informacional nos arquivos. A configuração de uma realidade epistêmica mais distribuída entre Estado, trabalho arquivístico e arquivista ganha outros contornos em face das funções arquivísticas nas suas relações



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0).

LOGEION: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.108-121, set. 2015/fev. 2016.

com a cidadania e a orientação para o sucesso dos negócios. O exercício de aproximar o fenômeno arquivístico às reflexões contemporâneas que buscam problematizar o informacional, segundo González de Gómez (2002, p. 35), “demarcaria um domínio amplo e exploratório”.

Entende-se que arquivos são um fenômeno marcado pelas ações que os fizeram existir enquanto instrumento dos atos administrativos, “guindados”, no presente, pela intenção de armazenamento, para testemunhar o passado em termos de usos previstos. Desse modo, a constituição dos arquivos evidencia elementos da ordem das razões de produção e das de preservação das inscrições, conforme evidenciado em Silva e Fernandes (2012)

As razões de formação do arquivo estariam assentadas na sua contribuição para a ação de governar e não prescinde da atualidade do ambiente no qual se estabelece o elenco de inscrições representativas como herança cultural (considerando os direitos que se quer sustentar) a ser preservada através dos documentos.

Essa compreensão do fenômeno arquivístico coloca, em primeiro lugar, que houve o ato de arquivar, ou seja, quem produziu a inscrição precisa ter armazenado, lá no passado; segundo, há o ato de acumular e ordenar o acervo, enquanto uma ação, no presente, de mantê-lo sob custódia; pois, considera-se a utilidade antevista sobre possíveis usos, a partir do presente.

2 A invenção do informacional

A intenção de abordar criticamente a dimensão informacional do fenômeno arquivístico, implica recortes estratégicos capazes de isolamentos de aspectos a serem tematizados. Leva-se em consideração alguns eixos interpretativos para elucidar o pensamento contemporâneo e suas alternativas explicativas da realidade: teorias sobre a constituição do social com uma matriz econômica; modelos de representação da sociedade pela via cultural; e parâmetros argumentativos que enfatizam o desenvolvimento técnico e tecnológico.

Para traçar características desse fenômeno arquivístico, do qual não se tem distanciamento, o ponto de partida escolhido foi a identificação de aspectos conceituais vigentes em torno do termo informação. Nesse sentido, haveria a possibilidade de compreensão de processos político-econômicos da atualidade, permitindo a formulação de algumas provocações quanto à invenção do informacional.

- A invenção da informação seria uma revolução tecnológica?
- A invenção da informação estaria no surgimento de metodologias de representação do conhecimento científico, no quadro das diversas formas de estruturas para recuperá-lo a partir de uma necessidade que pode ser formulada? Quer dizer, o serviço de recuperação de informação é entendido, nesse raciocínio, como representação das ações de informação no contexto de outras práticas sociais de comunicação. Considera-se a possibilidade de fluxo de informação por meio do controle de processos de comunicação no domínio de uma instituição.

A invenção do informacional, entendida como uma atmosfera contemporânea na qual o termo informação passa a ter um lugar de destaque em diversos campos das atividades humanas, se dá no período entre Guerras, em parceria com metodologias de representação do conhecimento, no quadro de diferentes formas de estruturas, objetivando sua recuperação a partir do reconhecimento da necessidade social de informação.

O serviço de recuperação de informação é entendido, nesse raciocínio, como construção de representações dos documentos ou informações em determinados campos do conhecimento para uso no contexto de outras práticas sociais de comunicação.

Ao discutir a invenção da comunicação, Mattelart (1994) faz uma arqueologia da noção de informação. Trabalha com quatro vias de compreensão apresentadas no tempo. Primeiro, aborda as analogias para apreensão dos movimentos do mundo social, no sentido de percebê-los como figuras naturais. O segundo viés é o das doutrinas políticas da universalização, ideias de associação universal. Em terceiro, a questão geopolítica é entendida na hierarquização do mundo por intermédio de uma matriz simbólica de informação. O quarto encontra-se no desenvolvimento de saberes de gestão com a totalização dos indivíduos por meio de métricas.

A partir do século XVIII, as analogias do mundo natural ao social, podem ser observadas nos trabalhos de representação sistemática do território geopolítico que se pretendia dominar. Nesse quadro, o engenheiro é quem corrige os defeitos da natureza e permite as pontes de comunicação que aproximam os homens.

Outro aspecto que Mattelart (1994) associa a essa representação fisiológica do social é a chegada da locomotiva e do telégrafo elétrico no Ocidente. Mais ainda: a instauração de uma uniformidade métrica como utensílio de pensamento espacial unificado. Assim também ocorre com a emergência de uma escrita que pretende espelhar o todo social e a compreensão da língua em níveis isoláveis: “[...] uma língua operatória, que é compreensível pelos que fazem funcionar os dispositivos, e uma língua de conteúdos que só é dominada pela Administração” (MATTELART, 1994. p. 73).

O trajeto constitutivo da noção de informação, a partir da representação do mundo social com imagens orgânicas, apresenta marcas de permanência no século XIX. O organismo social funcionaria por vias de comunicação informacional. A divisão do trabalho indicaria a gestão dos “fazeres”.

Essas explicações sobre um controle de informação e da sociedade em movimento demonstram a emergência de uma concepção de comunicação em que há uma circulação regulada de informação.

Outro viés explicativo de Mattelart (1994) para a informação é o ideário político na *invenção da comunicação*. Esse autor dá visibilidade ao engajamento das visões utópicas formuladas na direção de um progresso. Claude-Henri de Saint-Simon (1760-1825) é tido como um emblema da doutrina em que se enfatiza o otimismo na exploração do “globo”, em substituição do homem explorado. Estabelecendo, nesse caso, uma equivalência simbólica do Estado como organismo-rede capaz de

promover o progresso. Visualiza-se uma sociedade industrial fundada na possibilidade de comunicação entre locais geográficos distantes.

A articulação da materialidade dos centros de produção, das vias de transporte e dos lugares de comercialização institui a abstração de um “espírito” comunicacional. O preço das mercadorias é entendido como linguagem universal e “lugar-comum” de mediação simbólica.

Ainda, de acordo com Mattelart (1994), as Exposições Universais, que aconteceram a partir do século XIX, configuraram um imaginário de rede de comunicação na busca de um *paraíso perdido* da comunidade e da comunhão humana: a comunicação como utensílio de um *globo solidário*, em que o surgimento das técnicas de mediação de relações internacionais e interculturais são entendidas a partir das utopias.

A terceira via explicativa de Mattelart é da constituição do geopolítico na invenção da informação. Trata-se de uma gênese do pensamento estratégico na configuração de algumas mudanças socioculturais durante o século XIX. Observa-se o surgimento, na Europa, de agências de comércio e finanças no domínio de um mercado mundial em que se objetiva a informação, que é fixação de “saberes” sobre “fazeres”, informação comercial que significa saber registrado sobre meios de locomoção, modos de vida e organização urbana para conquista de mercado.

Nessa perspectiva, as estratégias e as táticas de controle permitem subjetivações do todo social para a intervenção de propagandas comerciais. A formulação teórica de métricas conferem identidade às massas de indivíduos: métodos para objetivar homens e coisas em suas relações. A emergência de uma filosofia do risco atém-se à materialidade de fatores que possibilitem uma noção de previsibilidade, conseqüentemente o *seguro* como tecnologia para a compensação de riscos.

Nesse horizonte, Frederick Winslow Taylor (1856-1915) propôs organizar cientificamente o trabalho por meio de operações de classificação e cruzamentos de informações sobre os processos laborais. A demanda de informação como conhecimento registrado, suscitaria o desenvolvimento de metodologias aperfeiçoadas da representação do cotidiano passíveis de armazenamento, coordenação e análise.

O estatuto de uma industrialização da cultura, que se difunde na sociedade durante o século XX, caracteriza comportamentos e estilos de vida consumidores de divertimentos *suportados* pela informação – uma lógica massificada da cultura pela qual o marketing e a publicidade cimentam uma “vontade geral” que é economicamente explorada.

Por outro lado, esse é um movimento que comporta contradições no tocante às aspirações e fantasias democráticas de expandir uma cultura “erudita”, remediando desigualdades culturais. Esses aspectos delineiam enfrentamentos entre a “mercadorização” da cultura, com parâmetros de universalidade mercantil, e a dimensão do território do Estado-nação com sua cultura pública.

A partir dessas colocações, explicam-se “[...] as primeiras tensões entre a dispersão das culturas populares e o projeto centralizador da cultura industrializada, entre o local e o transnacional no cotidiano” A emergência de uma técnica de contabilizar informações que identifique o *mercado*,

numa arte de gerir opinião, “[...] contribui para deslocar o centro de gravidade do controle social do trabalho para o divertimento, do esforço para o prazer, do fato para o onírico, do racional para o desejo” (MATTELART, 1994, p. 357 e 364).

Desse modo, a informação encontra-se alinhada com a identificação de um plano discursivo forjado historicamente, objetivando a gestão do recurso informacional.

As possibilidades de ampliação das questões postas sob visibilidade, até aqui, envolvem mobilizar mais argumentos explicativos sobre o informacional em realidades que se configuram a partir do século XX.

Harvey (1993) problematiza a emergência da complexidade nas sociedades contemporâneas a partir de mudanças na estrutura do capitalismo mundial. A historicidade desse processo é construída pelas inovações introduzidas por Henry Ford em 1914, apesar de considerar que ocorria aí uma extensão de técnicas já existentes. Ford teria reconhecido que produzir em massa significa consumir em massa.

Harvey (1993) entende que a recessão de 1973, no contexto norte-americano, marca um profundo deslocamento de elementos caracterizadores do compromisso fordista. Desse modo, a emergência de uma acumulação flexível constata-se na maleabilidade dos processos de trabalho, nos mercados de trabalho, bem como nos padrões de produção e consumo.

Portanto, em um contexto em que a informação passa a ser considerada crucial, na aceleração do tempo das decisões, surge uma gama de serviços para atender a demanda de consumo de informações instantâneas e imprescindíveis ao sucesso dos negócios. Trata-se da estruturação de segmentos de prestação de serviços que envolvem esse domínio informacional.

Uma mudança geral das normas e valores coletivos que tinham hegemonia, ao menos nas organizações operárias e em outros movimentos sociais dos anos 50 e 60, para um individualismo muito mais competitivo como valor central numa cultura de empreendimentos que penetrou em muitos aspectos da vida (HARVEY, 1993, p. 161).

Castells (2002) caracteriza parte dessas transformações, reconstruídas por Harvey, na perspectiva de uma revolução das tecnologias de informação e comunicação. O domínio informacional passa a ser caracterizado pelo estabelecimento de padrões automáticos, na instância da linguagem, que permitem velozmente armazenagem, processamento e transmissão de informação.

O autor descreve uma retroalimentação nas aplicações da informação e do conhecimento, apresentando a formação de dispositivos cíclicos entre a inovação e seu uso, apontando para um conjunto de elementos indiciais de uma revolução no quadro das tecnologias da informação.

Para Gorz (2005), a centralidade do imaterial é uma marca contemporânea. Ele problematiza essa dimensão de um capitalismo atualizado em que se enfatiza uma instância gestora de fluxos contínuos de informações. O mundo do trabalho seria afetado com transformações que dão visibilidade e valor a saberes do cotidiano, mobilizados por planos de ação orientados ao sucesso

econômico. Essa proposição sugere a emergência de uma força de trabalho para além do regime salarial: estabelece uma colonização integral da vida pelo trabalho.

É neste horizonte, em que a informação aparece como fenômeno contemporâneo, que se busca observar a dimensão informacional dos arquivos. Os deslocamentos conceituais operados pela análise de Mattelart (1994) enfatizam a emergência de uma inflexão em que o informacional tem o papel de “expressão metafórica de operações ou domínio de integração sobre os conhecimentos ou sobre a linguagem e suas inscrições” (GONZALEZ DE GOMEZ, 2006, p. 30), e sugere a relevância dos estudos como o de Mosco (2006), aspirando a uma análise de aproximação do econômico e do político, pensando as relações sociais, sobretudo de poder, que constituem a produção e a distribuição de recursos cada vez mais inseridas numa matriz simbólica, ou seja, uma economia política da informação.

No quadro histórico do pós-Segunda Guerra, o tema informação, no domínio da política, está associado ao Estado como principal agente de produção e usos da informação. Por outro lado, dinâmicas econômicas abrem espaço para outras abordagens, estabelecendo uma conjuntura tecnológica de comunicação e informação presente nas manifestações culturais e na orientação de sucesso dos negócios. Essa é uma situação histórica em que o informacional caracteriza uma ordem de representações de realidades passíveis de transmissão, usos e reutilizações, além de novos desdobramentos nas articulações entre economia, tecnologia e informação.

Desse modo, a noção de estrutura de informação alinha-se a esse viés explicativo. Ou seja, a identificação de um plano discursivo capaz de mobilizar um domínio com o funcionamento de contingências e de convergências, objetivando organizar, processar e distribuir informação,

[...] constituiria uma intervenção na ordem da cultura, do conhecimento, da linguagem, mas também nos negócios e nas atividades produtivas; nela aconteceriam tanto interações mediadas pela linguagem e outros processos simbólicos, quanto processos que envolvem a constituição e circulação de valores econômicos (GONZALEZ DE GOMEZ, 2006, p. 45).

Com um olhar cético, a análise de Agamben (2004, p. 59) é o desvelamento das instituições sociais da atualidade. O autor observa a formação de um excedente de significação sem correspondência real na esfera das práticas informacionais, o que pode ser percebido por intermédio da seguinte analogia: “o direito, suspendendo os usos e os hábitos concretos dos indivíduos, pode isolar algo como a norma”. Haveria a formação de uma esfera de regulação da vida social sobreposta ao domínio das formas múltiplas de sociabilidade. Nessa perspectiva, estabelecer-se-ia um quadro de normatização das práticas sociais para o enquadramento das atividades concretas da vida cotidiana, numa violência enunciativa produzida artificialmente, num Estado de exceção.

O fenômeno informacional pode ser enfrentado com diversos instrumentos de análise. González de Gómez (1995; 2006) elucida esse informacional, “[...] por meio das trocas cognitivas e comunicacionais formalizadas no quadro das instituições modernas” (GONZALEZ DE GOMEZ,

1995, p. 78). A construção do objeto de estudo da Ciência da Informação foi sistematizada por González de Gómez em três caminhos: algumas desnaturalizações na definição do que são os sistemas de informação, as implicações da mediação sociocultural das ditas tecnologias da informação e comunicação, e a inscrição da informação numa dobra em que “[...] toda prática ou ação de informação acontece no contexto de uma outra ação” (GONZALEZ DE GOMEZ, 1990, p. 121).

Primeiro, a recuperação de informação é entendida na configuração de uma intermediação que estabelece condicionamentos nas ações de sujeitos participantes de realizações em um contexto de intervenção. Essa recuperação da informação é também discutida na sua expressão de imprecisão. Esse serviço não é entendido como agente informador, no sentido da resposta esgotar o motivo que acionou a procura, sem que haja outros aspectos. O que essa mediação informa – permite sentidos – é sobre a existência ou não de referência (e localização documental) de relações anteriormente representadas passíveis de associação com o pedido.

Segundo, aponta-se o desdobramento de outras questões intrincadas num sistema institucional de informação. Por exemplo, há uma premissa de que o julgamento de um usuário sobre a relevância e a pertinência da informação recuperada como resposta é antecedido por escolhas realizadas para a organização planejada, normativamente, do sistema.

Terceiro, as tecnologias de informação e comunicação são lógicas que coordenam as interações por meio de linguagens, assentadas em regramentos que orientam práticas e ações de informação. Para isso requerem uma compreensão “[...] colocando-se a ênfase não na própria tecnologia, mas nas relações das tecnologias com os quadros institucionais de sua instrumentalização[...]”, um jogo de linguagem na instauração de uma ordem normativa legitimada pelo grupo de interlocução (GONZALEZ DE GOMEZ, 1990, p. 119).

Esse exercício conceitual foi realizado com a intenção de perceber no próximo tópico o quanto o discurso do informacional repercute sobre o fenômeno arquivístico. As possibilidades de ampliação das questões a respeito da invenção da informação recaem sobre as chances de mobilizar mais argumentos explicativos para o elemento arquivístico.

3 A dimensão informacional em arquivo

A informação não figura como objeto de estudo do campo da Arquivologia quando lemos os seus principais manuais, demonstrando que, na área, não há significativa preocupação com as implicações trazidas pela questão informacional. O modelo de análise é constituído pelo usuário da instituição arquivística estabelecendo um processo de comunicação tradicional com a equipe técnica para negociar as estratégias de busca e recuperação de referências sobre a existência de documentos no acervo.

Após o recolhimento dos registros à custódia de uma instituição arquivística é realizado o tratamento técnico de classificação e de descrição desses objetos, com a representação e o controle

intelectual do conteúdo dos documentos nos instrumentos de descrição, que serão utilizados na situação de busca por informação por parte do usuário. Assim, “[...] constata-se que não é o documento em si que é oferecido, mas uma representação artificial elaborada pela instituição e sua equipe, sobre o conteúdo do documento” (SILVA, 1996, p.58).

Os instrumentos de descrição são entendidos como forma de representar o conteúdo dos documentos e assim mediar a eventual consulta ao próprio registro. A noção de informação arquivística encontra-se associada à construção de instrumentos de pesquisa que indexam os documentos custodiados por meio da representação de conteúdos, destinados a permitir e orientar a pesquisa pelos usuários.

Além da custódia de documentos por parte das instituições arquivísticas estar associada à organização e ao armazenamento físico desses objetos com vista à preservação, a descrição arquivística, com a função de representar o conteúdo do acervo na forma de metainformação (ou informação arquivística), deve ser oferecida como serviço de informação ao usuário do arquivo. Os instrumentos de pesquisa podem colocar em evidência ou fazer desaparecer documentos de arquivo diante dos usuários.

Essa informação arquivística, ou metainformação, “[...] está fortemente associada a um contexto específico, a um período de tempo determinado e a um conjunto de usuários que integra esse contexto” (SILVA, 1996, p.63). As instituições arquivísticas têm a função social de garantir acesso aos documentos de sua custódia por meio de instrumentos que representam o conteúdo desses registros, comprovantes de direitos, além de subsidiar a pesquisa retrospectiva. Assim, compreende-se a transferência de informação nos arquivos como um processo que vai do armazenamento do documento até a divulgação de conteúdos, considerando os instrumentos de descrição como mediadores dessa finalidade.

A dimensão informacional do fenômeno arquivístico expressa uma integração dessa função custodiadora das instituições arquivísticas aos instrumentos que representam o conteúdo do acervo para a busca do usuário. O processamento para essa informação arquivística teria uma dimensão técnica, inclusive com rotinas densamente metódicas. No entanto, esses profissionais seriam agentes participantes do funcionamento institucional na dinâmica de construção continuada dessa infraestrutura de informação que caracteriza o processo documental de uma organização.

Entretanto, quando se diz informação arquivística o que realmente se quer evocar com essa noção? Seria mesmo possível imaginar as possibilidades de uma categorização mais larga que o registro ou o documento? Quais são as implicações de pensar a possibilidade das práticas em torno dos arquivos estarem presididas pela ênfase nesse uso social da linguagem que chamamos de informação?

Essa abordagem informacional sugere manter a especificidade arquivística de representar o administrar que se materializou nos atos registrados (documento) com uma funcional organização no acúmulo. Representaria a possibilidade de armazenar a evidência do funcionamento (movimento fugidio) que é uma administração por intermédio da preservação e o acesso tanto da ordem como do

conteúdo documental. A partir de tal concepção é possível identificar nesses discursos uma relação curiosa em que a noção de documento arquivístico associa-se com um estatuto probatório, assim como informação arquivística relaciona-se com um estatuto de validação. Ambos representariam dispositivos de acreditação.

Estas caracterizações parecem apresentar uma procura por compreensão mais sofisticada das tecnologias culturais como, por exemplo, a de informação, em que se consegue transportar traços de realidade como que em uma transubstanciação de ações em inscrições que podem assim ser espacialmente deslocadas, atravessar épocas e permitir recombinações.

Desse modo, o domínio arquivístico ficaria iluminado por estas noções de informacional a partir da ideia de inscrição dentro de uma cadeia de validação, em que a informação assume o lugar de uma situação original; além da demonstração de uma rastreabilidade das mediações presentes em uma referência que circula por translações, seria a intervenção profissional sobre uma cadeia formalizadora de sentidos comunicativos por onde circulam as relações entre uma inscrição e o que nela se inscreve.

Ao se buscar argumentos em torno desses questionamentos, o obstáculo maior à elucidação do que venha a ser informação arquivística talvez esteja na compreensão de condições contemporâneas de percepção da realidade, aquelas que empregamos para produzir representações.

Esse acontecimento discursivo, informação arquivística, redefine condições profissionais do arquivista no contexto de novas mediações comunicacionais melhor apreendidas pela categorização do domínio informacional¹.

De acordo com Silva (2002), não se pode assumir uma ênfase na técnica entendida como fim em si para a existência de uma ocupação profissional inscrita num exercício de fazeres manuais isolados. O autor supõe a existência de condições atuais com múltiplas instâncias acadêmico-profissionais para a Arquivologia.

A busca de elementos caracterizadores da dimensão informacional do fenômeno arquivístico implica na compreensão do arquivístico circunscrito na demanda do documentar-informativo que se dá no curso do exercício de atividades socialmente organizadas. O universo arquivístico corresponderia a conjuntos informacionais decorrentes do funcionamento das organizações.

Tal concepção trata de um espectro comunicativo com níveis diferenciados de elucidação da interpretação informacional dos arquivos. Num primeiro momento a constatação de uma esfera de **significância**, com o enquadramento da condição indispensável de significação (enquanto, semântica ou simplesmente aquilo que significa alguma coisa) ao que se inscreve nessa dimensão de demanda pelo documentar-informativo. É uma espécie de conteúdo enquanto circunstância-tópico consignada numa mensagem, ou simplesmente “do que se trata”.

¹Pode-se, ainda, explicar essa invenção de uma informação arquivística, no quadro da Arquivologia brasileira, ligando-a às condições de produção de conhecimento arquivístico no âmbito institucionalizado dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, sem que essas explicações excluam a pertinência de outras. A noção de informação arquivística parece inscrita numa lógica de argumentação acadêmica de atualizar as justificativas das práticas tradicionais em torno do processamento técnico dos arquivos.

No segundo momento, a manifestação invariável de alguma **fisicalidade**, quer dizer, a forma registrada de uma inscrição como instância que fixa uma objetividade material ao que é informativamente documentado. Considera-se a existência de um substrato físico imprescindível nessa consignação de uma passagem validada do ato para um registro, um suporte carregador.

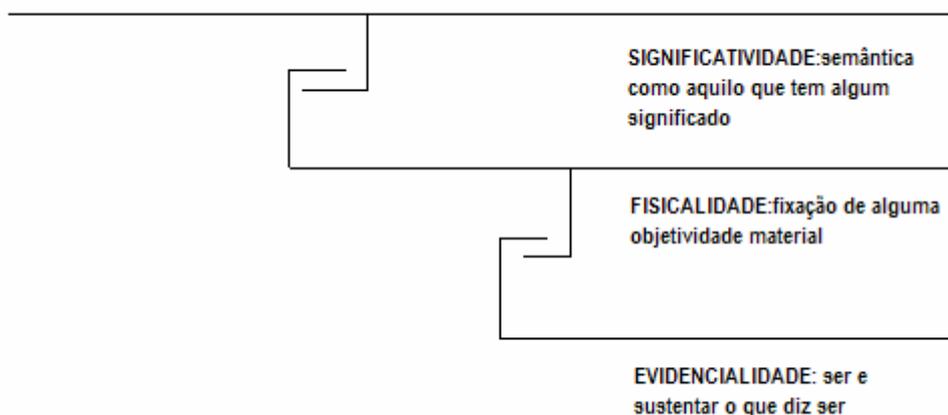
O terceiro momento elucidativo aponta para os atributos de **evidencialidade** incorporados nos procedimentos de um documentar que reivindica sustentar-se como referência do que aconteceu com uma extensividade validável. Esse informacional permite circular uma referência com validade, o que tem a ver com uma concepção canônica da Arquivologia em que seu objeto é a evidência encerrada num arquivo.

Marion Beyea (2007, p. 33), comenta:

É dessa evidência [o que o arquivo é] que deriva grande parte de seu valor - para propósito de responsabilidade, administração, cultura e história. Ao lidar com a evidência - não informação ou objetos, embora documentos arquivísticos sejam objetos ou contêm informação -, os arquivistas, ao contrário de outros profissionais do conhecimento, da informação ou de curadoria, devem, nos processos que seguem e nas metodologias que aplicam, assegurar-se de que os documentos arquivísticos, suportes dessa evidência, sejam, ao longo do tempo, mantidos em seus contextos, completos, originais e confiáveis.

Essa evidencialidade é reconhecida no “congelamento” da ação que foi consignada ao registro com credibilidade e validade para representar uma intencionalidade, ou manifestação de vontade, que pode estar deslocada de seu tempo ou espaço de ocorrência. A seguir, uma ilustração desse esquema na forma de diagrama.

Imagem 1: Diagrama do documentar-informativo evocado pela noção de informação arquivística.



Fonte: O autor.

Desse modo, observam-se condições viabilizadoras da dimensão informacional dos arquivos, isto na reconstituição do território arquivístico como lugar em que se produz, e se reproduz, as

competências técnicas para redefinições de posições distribuídas nas relações entre trabalhadores dos arquivos, mais ou menos produtores de conhecimento. Um território composto de um saber arquivístico canonizado, instituições arquivísticas, serviços de arquivo, organizações servidas por funções arquivísticas, Estado, cidadãos e usuários.

A dimensão informacional do fenômeno arquivístico parece enquadrar-se nestes movimentos reflexivos, promovedores da gestão dos saberes como ação de religação das separações e das fragmentações para a dominação. Nota-se, a partir da década de 1990, essa emergência de uma abordagem informacional nos arquivos. Isso representa uma realidade epistêmica mais distribuída entre Estado, trabalho arquivístico e arquivista, o que dá outros contornos às funções arquivísticas nas suas relações com a cidadania e orientação de sucesso dos negócios. A produção de conhecimento arquivístico tem reproduzido a continuidade de um enfoque profissional com algumas regras de definição de objeto de estudo, mas inclina-se cada vez mais para uma ampliação com a incorporação do domínio informacional no universo de suas tematizações.

A recente enunciação "informação arquivística" pressupõe a constituição do artefato informacional, até então chamado de documento de arquivo, que remete ao registro seletivo e controlado nas referências de uma instituição. O fenômeno informacional em arquivo sugere a dependência de uma materialidade na "disponibilidade registrada". Conforme Jardim (1998), as práticas das quais resultam os arquivos são dotadas de uma lógica de controle, governo e gestão. Os arquivos são uma escrita que expressa, em especial, o funcionamento da administração pública, anunciada como organização estatal destinada à consecução do "interesse coletivo" em que a estrutura administrativa tem por base as normas formais para ações governamentais exercidas para o controle social.

118

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dimensão informacional em questão parece associada à existência da unidade materializada da informação na condição documental. Parte-se da estrutura funcional que marca esta geração e estruturação informacional dentro das organizações. Reconhece-se a orientação de sucesso que se quer efetivar nas transações em termos de gerenciamento operacional, ou seja, um agir estratégico, além de comunicativo, nesses objetivos de racionalidade gestora que estão presentes na coordenação e no controle das ações organizacionais.

Contudo, algumas generalizações filosóficas são tentadoras, quando se pretende uma identificação do que seja o arquivístico na constituição do social. Nesse sentido, acompanhar compreensões que advêm de uma formulação do arquivo como a instauração tecnicamente mediada de um lugar em condições de autoridade para consignar a atualidade de acontecimentos. O que significa

viabilizar a conservação física de inscrições, mas também operar recombinações interpretativas com legitimidade.

Desse modo, um saber arquivístico deve abordar a própria lógica dessa legitimidade de classificação e seleção das inscrições. Essa seria uma percepção do arquivamento como uma estrutura técnica que participa ao mesmo tempo do registro de um evento e da própria produção dele, o que configura "nossa experiência política dos meios de informação" (DERRIDA, 2001, p.29)

A partir do aprofundamento de tal análise, o arquivístico como uma tecnologia cultural incorporada nas práticas sociais que possibilitam um instrumental de penhor do futuro a partir do passado pela técnica do arquivamento, se dá em paralelo com a enunciação de legitimidade e racionalidade por intermédio do trabalho de controle lógico que garante a coerência e validação do que foi armazenado.

Sendo assim, o estatuto de realidade que institui o arquivo sugeriria um trabalho de ligadura continuada entre presente e passado que dá garantia de validade a uma imagem do passado que é atualizada por transformações que conseguem manter seu *status* de conformidade com o que aconteceu, na medida em que se inscreve numa lógica de conservação e manutenção de sua significação de evidência.

Nessa direção, o trabalho arquivístico na construção de uma dimensão, adquiriria funções de validar evidências de acontecimentos. Esse seria o quadro no qual os objetivos do tratamento profissional dos arquivos tem uma delimitação circunscrita numa abordagem relacionada às atividades das organizações. O interesse arquivístico repousaria nesta participação efetiva na racionalidade organizacional de exercer atividades.

De acordo com esse raciocínio, podemos supor que há um mundo da vida em que acontece uma primeira ordem de representação de realidade na vida social. Um plano absolutamente rico em possibilidade de intersubjetividade com toda chance comunicativa de entendimentos.

Numa segunda ordem de representação da realidade, imagina-se que parte desse mundo da vida é colonizada pela institucionalidade. Quer dizer, um nível da reprodução da vida social em que se observa o enquadramento das ações humanas na formação intersubjetiva de instituições ou organizações. Aqui caberia um tipo de fixação de representação linguística sob condições de validação jurídica que chamamos de documento. O que temos de mais elementar no conceito de arquivo pode ter visibilidade aqui. Dito de outro jeito, uma atividade é institucionalizada num horizonte de legitimidade da vida em sociedade em que a demanda de documentar faz funcionar uma acumulação seletiva de registros constituintes da *memória* desse administrar transações.

Referências

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BEYEA, M. A favor de normas para a prática arquivística. **Acervo**, v. 20, n. 1-2, p. 31-38, 2007. Disponível em: < <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/69> >. Acesso em: 10 ago. 2015.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. 6. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. O objeto de estudo da ciência da informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v.19, n..2, p. 117-22, jul./dez. 1990.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. A informação: dos estoques às redes. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 77-83, jan./jun. 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/533> >. Acesso em: 10 ago. 2015.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/viewArticle/170> >. Acesso em: 10 ago. 2015.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. Informação como instância de integração de conhecimentos, meios e linguagens. questões epistemológicas, conseqüências políticas. In: GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélida; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (Org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal: EDUFRN, 2006, p. 29-84.

GORZ, A. **O imaterial**. São Paulo: Annablume, 2005.

HABERMAS, J. Sistema y mundo de la vida. In: _____. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994, p. 161-280.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

JARDIM, J. M. **Os arquivos (in)visíveis: a opacidade informacional do Estado brasileiro**. 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBICT, Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

MATTELART, A. **A invenção da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

MOSCO, V. Repensando e renovando a economia política da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v. 3, n. 2, p. 97- 114, jul./dez.1998. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/search.php>>. Acesso em: 24 set. 2014.

SILVA, A. B. M. da. **A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento arquivístico**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ibericas/a_gesto_da_informao_arquivistica.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2014.

SILVA, E. P.; FERNANDES, G. C. A temporalidade como constituinte do documento de arquivo: problematizando relações entre os contextos de geração, de tratamento e de uso dos documentos. **Morpheus** - Revista Eletrônica em Ciências Humanas, Ano 09, número 14, v. 1, p. 146-162, 2012.

SILVA, J. G. e. **Socialização da informação arquivística**: a viabilidade de enfoque participativo na transferência da informação. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- IBICT, Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.